

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

PAULO CÉSAR NUNES DA SILVA

**GESTÃO DE PESSOAL E ADMINISTRATIVA PARA A EFICIENTE GESTÃO
PÚBLICA: PLANO DE CARGOS E CARREIRAS E ORGANOGRAMA
ADMINISTRATIVO**

Foz do Iguaçu

2011

PAULO CÉSAR NUNES DA SILVA

GESTÃO DE PESSOAL E ADMINISTRATIVA PARA A EFICIENTE GESTÃO
PÚBLICA: PLANO DE CARGOS E CARREIRAS E ORGANOGRAMA
ADMINISTRATIVO

Projeto Técnico apresentado à
Universidade Federal do Paraná para
obtenção do título de Especialista em
Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio
Tadeschi.

Foz do Iguaçu
2011

SUMÁRIO

- 1- Introdução
 - 1.1 Apresentação/Problemática
 - 1.2 Objetivo Geral do trabalho
 - 1.3 Justificativas do objetivo
- 2- Revisão teórico-empírica
- 3- Metodologia
- 4- A Organização Pública
 - 4.1 - Descrição geral
 - 4.2 - Diagnóstico da situação-problema
- 5- Proposta
 - 5.1 – Desenvolvimento da proposta
 - 5.2 - Plano de implantação
 - 5.3 - Recursos
 - 5.4 - Resultados esperados
 - 5.5 - Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas
- 6- Conclusão
- Referências Bibliográficas:

RESUMO

O presente Projeto Técnico visa fazer um diagnóstico na Câmara Municipal de Dourados/MS, consistente principalmente no aspecto da gestão administrativa e de pessoal. A abordagem dos eventuais problemas nestes ramos, e a forma de resolução deles, sobretudo com a elaboração de um Plano de Cargos e Carreiras que contribua à organização do Órgão, assim como a hierarquização das atribuições, sob a forma de organograma administrativo e rotinas de tais cargos e funções públicas, é o objetivo precípua deste Projeto.

GESTÃO DE PESSOAL E ADMINISTRATIVA PARA A EFICIENTE GESTÃO PÚBLICA: PLANO DE CARGOS E CARREIRAS E ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO

1. Introdução

A busca pelo conhecimento através da pesquisa consiste em uma escala lógica de investigação, onde o pesquisador inicia sua procura por dada informação de forma paulatina e sistemática, sob pena de fadar seu trabalho à superficialidade ou ao conhecimento desprovido de base científica.

A escolha do tema proposto se deu através, da necessidade prática da função que exercia na Câmara Municipal de Dourados, visando implantar uma série de melhorias administrativas.

Assim sendo, três elementos básicos devem ser considerados para atingir as melhorias administrativas auguradas, uma vez que os problemas já foram evidenciados previamente, quais sejam: elaboração de um Plano de Cargos e Carreiras próprio para os servidores da Câmara Municipal; elaboração de um Organograma Administrativo; e definição clara de rotinas administrativas para o Órgão.

Assim sendo, a presente pesquisa deriva de bases já experimentadas em outros momentos de atuação, no entanto é inédito e servirá de base científica para mudanças a serem implementadas pela Casa de Leis, aproveitando a oportunidade por servidor do Órgão.

Feita a redação e implementação do Projeto, a pesquisa consistirá em bases para a real implantação na Câmara Municipal de Dourados, em busca de uma Gestão Pública eficaz, iniciando é claro, pela competente gestão de pessoal.

1.1 Apresentação/Problemática

Este Projeto é, em síntese, feito a partir do diagnóstico já evidenciado na Câmara Municipal de Dourados, visando à criação de uma forma eficaz de gestão do referido Órgão que, encontra-se eivado de problemas administrativos, tais como:

- Falta de servidores públicos;

- Servidores em sua maioria demissíveis “*ad nutum*”, ou seja, contratados sem concurso público;

- Falta de descrição de atribuições aos servidores e seus cargos; e

- Falta de hierarquia entre servidores, funções e cargos.

Estes são apenas alguns dos problemas que se verificou no Órgão, mas os mais importantes para o presente Projeto.

Desta forma, para a resolução de tais problemas, necessário uma série de medias, dentre as quais, as mais aptas à resolução estão:

- Contratação de servidores, mediante a realização de concurso público, nos termos do Art. 37, da Constituição Federal de 1988;

- Elaboração de um Plano de Cargos e Carreiras da Câmara Municipal de Dourados/MS, mediante Lei de iniciativa do próprio Poder Legislativo, por se tratar de assunto interno do Órgão; e

- Após o Plano de Cargos e Carreiras criado, necessário definir uma hierarquia entre os vários setores do Órgão, seus servidores, cargos e funções, isso através de um Organograma Administrativo interno.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Elaborar uma minuta de Plano de Cargos e Carreiras para a Câmara Municipal de Dourados/MS, assim como seu Organograma Administrativo, a fim de imprimir maior eficiência administrativa no Legislativo Municipal de Dourados/MS.

1.2.2 Objetivos específicos do trabalho

Elaborar uma minuta de Plano de Cargos e Carreiras;

Elaborar um Organograma Administrativo; e

Implantar, com as medidas acima citadas, uma cultura de eficiência administrativa no Legislativo Municipal, inicialmente em termos de pessoal.

1.3. Justificativas do objetivo:

É certo que os últimos acontecimentos na cidade de Dourados/MS, sobretudo no Poder Legislativo ressaltam a necessidade de reestruturação do referido Órgão. Os incidentes de corrupção evidenciaram e trouxeram à tona fragilidades administrativas existentes na Câmara Municipal, *in verbis*:

Quadrilha presa na Operação Owari causou prejuízo de R\$ 20 mi, diz PF. Grupo atuava há mais de 40 anos, segundo delegado da Polícia Federal que coordenou ação. A quadrilha desmantelada na Operação Owari da Polícia Federal causou um prejuízo de aproximadamente R\$ 20 milhões aos cofres públicos e atuava há mais de 40 anos, segundo disse na tarde desta terça-feira (07/07/2009), o coordenador da ação, Bráulio Galoni, em uma entrevista coletiva em Dourados. A operação cumpriu 41 mandados de prisão, a maioria em Dourados, além de mandados de busca e apreensão na própria Dourados, em Campo Grande, Naviraí e Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul e em Guaíra e Umuarama, no Paraná. Conforme o delegado, a quadrilha fraudava licitações públicas para a exploração de prestação de serviços em várias áreas, como saúde e a atividade funerária. Entre os presos estão agentes políticos, servidores públicos, empresários e profissionais liberais. A lista oficial com os presos não foi divulgada pela PF, mas entre eles, estariam o presidente da Câmara de Dourados: Sidlei Alves e os vereadores da cidade Júnior Teixeira e Paulo Henrique Bambu; o presidente da Câmara de Naviraí, José Odair Galo, o vice-prefeito de Ponta Porã, Eduardo Esgaib Campos e sua esposa, Paula Consalter; o vice-prefeito e secretário de Desenvolvimento Urbano de Dourados, Carlinhos Cantor, o secretário de Saúde do município, Sandra Barbara, o secretário de Governo, Darci Caldo, e o secretário de Obras, Carlos Ioris. Também teriam sido presos, conforme informações extra-oficiais, o ex-secretário municipal de Saúde de Dourados, João Paulo Barcelos Estevão; o ex-secretário de Finanças, Luiz Tada, o assessor da atual gestão da prefeitura de Dourados, Jorge Balzaquer; o empresário Evandro Rosa, além do empresário do setor funerário, Sizuo Uemura, sua esposa, Helene Uemura, seus filhos Maisa Uemura, Eduardo Uemura e Sizuo Uemura Filho, o seu motorista, conhecido como Polaco, e o filho do ex-prefeito, o dentista André Tetila. Das 41 prisões, 37 tem caráter temporário (por cinco dias) e de quatro pessoas já foram pedidas a Justiça Federal a decretação da prisão preventiva: de Sizuo Uemura, Eduardo Uemura e Sizuo Uemura Filho e de Polaco. Todos os presos serão transferidos ainda nesta terça-feira para a Penitenciária de Segurança Máxima Harry Amorim Costa. (grifos nossos)¹

Verificando algumas demandas reprimidas é que surgiu a idéia de elaborar mecanismos capazes de resolverem tais demandas, ou pelo menos propor ações viáveis para isso.

Inúmeros problemas existem, tais como: falta de servidores públicos; servidores em sua maioria demissíveis “*ad nutum*”, ou seja, sem concurso público; falta de descrição de atribuições aos servidores e seus cargos; falta de hierarquia entre servidores, funções e cargos; estes são apenas alguns dos problemas que evidenciamos

¹ Esta foi a primeira das grandes operações da Polícia Federal de Dourados. Notícia disponível em: <http://www.portalms.com.br/noticias/detalhe.asp?cod=959553766>. Acesso em: 14 Set 2011.

no Órgão, no entanto são os mais relevantes para o presente Projeto, e urgem de solução.

Assim sendo, em sede de justificativa para a resolução de tais problemas, necessário uma série de medidas, dentre as quais, as mais aptas à resolução já abordamos em item supra.

O contato com tais problemas se deu em virtude da atuação direta e imediata no Órgão num momento logo posterior à crise ética (Operações policiais Owari, Brother`s, Uragano e Câmara Secreta² – num lapso temporal de menos de 12 meses), possibilitando tal diagnóstico.

2. Revisão teórico-empírica:

A democracia é um regime de governo onde o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos (povo), direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos, forma mais usual.

Uma democracia pode existir num sistema presidencialista ou parlamentarista, republicano ou monárquico³.

Dividimos a democracia em diferentes tipos, baseado em um número de distinções. A distinção mais importante acontece entre democracia direta (algumas vezes chamada "democracia pura"), onde o povo expressa a sua vontade por voto direto em cada assunto particular, e a democracia representativa (algumas vezes chamada

² **MPE revela detalhes da operação 'Câmara Secreta' em Dourados.** As investigações iniciaram-se no final do ano de 2010 na 16.^a Promotoria de Justiça de Dourados. O Ministério Público Estadual (MPE), divulgou nota com esclarecimentos a respeito da operação denominada “Câmara Secreta”, desencadeada na manhã desta sexta-feira (29/04/2011), pelo o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado), com o apoio da Polícia Militar, que cumpriu quatro prisões preventivas na cidade de Dourados e dez mandados de busca e apreensão, sendo sete na cidade de Dourados, dois na cidade de Campo Grande e um em Vicentina, comarca de Fátima do Sul, todos expedidos pelo Juízo da 1.^a Vara Criminal da Comarca de Dourados, pela prática de crimes de falsificação de documento público e uso de documento público falsificado, peculato e formação de quadrilha. As investigações iniciaram-se no final do ano de 2010 com base em depoimentos de cinco ex-servidores comissionados da Câmara Municipal de Dourados que denunciaram um “esquema” de fraudes na contratação de empréstimos consignados. Segundo as declarações, os servidores foram nomeados pelo então Presidente da Câmara Sidlei Alves a pedido do ex-vereador Humberto Teixeira Júnior, com a finalidade exclusiva de contratação de empréstimos consignados, cujos valores foram repassados para o ex-vereador. Ocorre que, os holerites dos servidores eram falsificados pelo então Diretor financeiro da Câmara, a mando dos dois vereadores, constando valores até 5 vezes maiores do que os efetivamente pagos, com o objetivo de aumentar a margem consignável e, com isso, conseguir maiores empréstimos. Disponível em: <http://www.gdnews.com.br/noticia/cidade/7,2571,mpe-revela-detallhes-da-operacao-camara-secreta-em-dourados>. Acesso em: 17 Set 2011.

³ Kelsen, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 412-428.

"democracia indireta"), onde o povo expressa sua vontade através da eleição de representantes que tomam decisões em nome daqueles que os elegeram⁴.

Basicamente são três as funções do governo, a saber: alocativa, distributiva e estabilizadora. Restringir as funções do governo em apenas três pode ser muito restrito, pois, há o perigo de tais funções não cumprirem todas as finalidades do governo.

No entanto, se concebermos que estas divisões são meramente acadêmicas, e visam dinamizar as funções primordiais do governo, esta divisão é um referencial para entendermos quais são as principais e determinantes funções de um representante, eleito pelos cidadãos.

Quanto a função alocativa, diz a própria acepção do conceito, que significa alocar, destinar algo a um fim, colocar no lugar certo, ou seja, aplicar o recurso, a verba pública no seu destino finalístico, sendo este, o interesse do povo.

A função alocativa é o ato do agente político de alocar, de empregar o dinheiro público visando criar condições de oferecer: bens públicos de qualidade a sociedade, bens semi-públicos ou meritórios e desenvolvimento.

Quanto a função distributiva, é a forma pela qual se direciona rendas e riquezas na sociedade, através das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais. Essa função está diretamente ligada à possibilidade de fornecer bens e serviços que não foram disponibilizados pelo privado, ou seja, os bens públicos de uso coletivo.

Já a função estabilizadora é a utilização das inúmeras políticas econômicas objetivando incentivar o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, face à dificuldade de se assegurar tais fatores. Assim, esta função está diretamente ligada à intervenção estatal nos níveis de preços e emprego, procurando acentuar as oscilações dos efeitos econômicos. Interessante destacar que a principal forma que o governo possui para cumprir com suas funções (alocativas, distributivas e estabilizadoras) é através de políticas fiscais (tributação), que permitam com que o governo tenha possibilidade de desenvolver cada função do múnus público.

Nesse sentido, a separação dos poderes é pré-requisito essencial para o funcionamento tranquilo do Estado baseado no preceito do Estado de Direito. Ela age como um mecanismo protetor, que previne que o poder seja concentrado nas mãos de poucos e erroneamente usado. Em tal Estado, ninguém está acima da lei e toda ação estatal é balizada por ela. Desde o começo, esta idéia tem sido a base do pensamento político liberal e suas ações.

⁴ KELSEN, Hans. Op. Cit. p. 412-428.

Verificando isso, e as funções do governo, necessário também saber que, em sentido amplo, tais somente poderão ser atingidas, caso exista uma interdependência e harmonia entre os Poderes que o compõe (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Qualquer atitude tendente a desviar-se de tais funções é errônea e temerária, consistindo inclusive crime. E foi justamente o desvio de funções que ocorreu no Poder Legislativo de Dourados, em virtude, dentre outros motivos, pela falta de estrutura administrativa capaz de coibir abusos.

Assim, a contratação de servidores, mediante a realização de concurso público, nos termos do Art. 37, da Constituição Federal de 1988; a elaboração de um Plano de Cargos e Carreiras da Câmara Municipal de Dourados/MS, mediante Lei de iniciativa do próprio Poder Legislativo; e após o Plano de Cargos e Carreiras criado, definir uma hierarquia entre os vários setores do Órgão, seus servidores, cargos e funções, isso através de um Organograma interno, são as medidas que poderão fazer cessar quaisquer abusos e desvios.

Em relação aos servidores atualmente contratados sem concurso na Câmara Municipal, serem ou não os melhores é uma questão difícil de responder, pelo menos é o que se espera deles, mas para não haver dúvida quanto a isso é que o certame público é a melhor forma, através do mérito intelectual, sobretudo, de selecionar os melhores (mais aptos) para exercerem as funções do Estado.

Da mesma forma, necessário também a implantação definitivamente do critério da meritocracia na Câmara de Dourados, acabando de vez com desmandos e a permanência no serviço público de pessoas inaptas para a gestão eficiente, somente por mero apadrinhamento.

Além da meritocracia, necessário organizar a gestão do Poder Legislativo, e isso somente poderá ser possível caso haja clara hierarquia entre os servidores, e a definição e atribuição de tarefas aos mesmos.

3. Metodologia

O projeto iniciou-se com o levantamento das demandas reprimidas na Câmara Municipal de Dourados/MS, e a partir daí num segundo estágio se procederá à redação do mesmo, com a previsão dos métodos e formas de resolução de tais demandas reprimidas.

A pesquisa foi elaborada através da utilização das regras metodológicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, consistindo, basicamente, em sua construção, na pesquisa bibliográfica e análise comparativa de leis, atos, resoluções da Casa de Leis, e posteriormente na implementação à redação legislativa.

E por derradeiro, o referido projeto foi, e está sendo desenvolvido conforme os ditames da linha de pesquisa do Programa de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Federal do Paraná, sobretudo sobre a viabilidade do tema com o orientador, e sempre que necessário se poderá adequar o projeto às necessidades do programa e da orientação.

4. A Organização Pública:

4.1 Descrição geral:

Este Projeto está buscando uma solução administrativa para a Câmara Municipal de Dourados/MS⁵.

Dourados, a cidade está localizada no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste, fundada em 20 de dezembro de 1935, com área territorial de 4.086,387 km², e população estimada de 195.000 habitantes (Censo-IBGE 2010).

A Câmara Municipal de Dourados⁶ é um órgão legislativo do Município que trabalha na elaboração de Leis e de fiscalização do Poder Executivo, sempre visando o bem estar e a organização social de uma cidade.

⁵ **SÍNTESE HISTÓRICA.** Antes da colonização do homem branco o município de Dourados era habitado pelas tribos Terena e Kaiwa cuja presença dos descendentes é marcante até os dias atuais constituindo uma das maiores populações indígenas do Brasil. Fundada em 10 de maio de 1.861, a Colônia Militar de Dourados, sob o comando de Antônio João Ribeiro, quando ocorreu a invasão paraguaia. Por este fato, a região tornou-se lendária. No final do século XIX vieram para Mato Grosso, algumas famílias originárias dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo em busca de novas terras no oeste do país. Dado o acentuado progresso verificado na região e pelas notícias sobre a fertilidade da terra, aluíram novos colonizadores em demanda da exploração dos extensos ervais nativos impulsionado pela ação da Companhia Mate Laranjeira S/A, que deteve o monopólio da exploração dos ervais em toda a região, entre os anos de 1882 e 1924, destacou-se também o desenvolvimento da cultura pastoril e da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre 1904 a 1914. Entre os colonizadores, se destacava Marcelino Pires, homem resoluto, dotado de uma coragem extrema e possuidor de grande ardor pelo trabalho da lavoura e pecuária. Marcelino Pires se dedicou com maior intensidade à criação de gado, ocupando vastíssima área de terras, onde se localiza atualmente a cidade de Dourados. Em 20 de dezembro de 1935, com áreas desmembradas do município de Ponta Porã, através do Decreto nº 30 do então Governador do Estado, Sr. Mário Corrêa da Costa foi criado o município de Dourados. A colônia agrícola de Dourados, criada em 1943, com uma área de 50.000 hectares, reservado em 1923 para a colonização, passou a integrar Dourados pelo Decreto de elevação à categoria de município em 1935 atraindo para a região tantas levas de imigrantes brasileiros e estrangeiros, principalmente japoneses, que se dedicaram notadamente ao cultivo de café. Informações disponíveis em: www.dourados.ms.gov.br.

A Câmara é formada pelos vereadores, representantes dos cidadãos, eleitos pela população acima de 16 anos pelo voto direto em pleito regular, sendo que, seus mandatos são de 4 (quatro) anos, com a possibilidade de reeleição. A quantidade de vereadores é proporcional à quantidade de eleitores da cidade. Em Dourados no total são 12 vereadores atuando em prol da comunidade, no entanto uma recente emenda à Lei Orgânica Municipal elevou o número de edis para 19, cumprindo o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal acerca de tal regra.

A cada vereador cabe a função de fiscalização, de votação em projetos próprios da Câmara Municipal ou de autoria do Executivo, além da sugestão de matérias e desenvolvimento de projetos de interesse público. Esses projetos são propostas de Leis de assuntos variados em nível municipal, relacionados com os problemas e as necessidades da comunidade, como: educação, saúde, lazer, cultura, além de obras de super e de infra-estrutura.

Todo vereador pode e deve propor projetos. As votações dos mesmos acontecem nas sessões, de maneira que, depois de apresentado na primeira sessão, pode ser aprovado ou não. Aprovado, o projeto pode receber sugestões de alterações (emendas) e então é encaminhado para a segunda sessão. Se novamente aprovado é então encaminhado para o Executivo para então aprovação dele. Se o prefeito sancionar (assinar favoravelmente), o projeto é publicado no Diário Oficial do Município, passando a ter validade a partir daquela data e torna-se Lei. Se o prefeito fizer a opção pelo veto do projeto, o mesmo retorna à Câmara Municipal e então os vereadores têm competência para rejeitar o veto do Executivo, transformando a proposta em Lei.

A população também pode propor projetos à Câmara de acordo com a Lei Orgânica do Município (LOM), que exige que sejam anexadas ao projeto, 20 mil assinaturas.

Atualmente a Câmara Municipal de Dourados está instalada em prédio próprio adquirido com recursos dos repasses do duodécimo legal, à Avenida Marcelino Pires, centro da cidade, e conta com um orçamento anual estimado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seja, 6% do orçamento geral do município.

4.2 – Diagnóstico da situação-problema:

Não bastasse a crise ética pela qual passou, e porque dizer que está passando o Poder Legislativo de Dourados/MS, existem problemas administrativos urgentes a

⁶ Informações obtidas na Câmara Municipal de Dourados, disponíveis na rede mundial de computadores, no sítio do Órgão.

serem corrigidos, dentre eles a situação dos servidores públicos, que além de serem em sua grande maioria comissionados (contratados e demissíveis a qualquer tempo).

As várias tabelas que traz-se abaixo dá uma exata noção do que acomete o referido órgão em termos de pessoal.

Não bastasse isso, há a necessidade de se escalonar os vários servidores em diferentes pontos hierárquicos, através de um competente Organograma.

Avaliação geral e/ou específica da organização em relação aos elementos de Gestão Pública abordados na revisão teórico-empírica e aos aspectos que interessam para a apresentação de sugestões.

Cargos de provimento em comissão atualmente: 41, conforme tabela abaixo:

SÍMBOLO	CARGO	QUANTIDADE
DAS-1	Procurador Jurídico	1
DAS-1	Diretor de Administração Geral	1
DAS-1	Diretor de Finanças	1
DAS-1	Diretor Legislativo	1
DAS-2	Assessor de Gabinete da Presidência	1
DAS-2	Assessor de Comunicação	1
DAS-2	Sub-Procurador	2
DAS-3	Diretor de Departamento	6
DAS-4	Assessor Especial da Presidência	1
DAS-4	Assessor de Administração Geral	1
DAS-4	Chefe de Divisão	11
DAS-5	Cerimonialista	1
DAS-6	Encarregado do Cerimonial	1
DAS-6	Motorista da Presidência	1
DAS-6	Encarregado do Almoxarifado	1
DAS-6	Encarregado da Recepção	1
DAS-6	Encarregado de Manutenção	1
DAS-6	Encarregado de Segurança	1
DAS-6	Encarregado de Protocolo	1
DAS-6	Encarregado de Comissões	1
DAS-6	Encarregado de Arquivo	1
DAS-6	Encarregado de Patrimônio	1
DAS-6	Encarregado de Processamento Dados	1
DAS-6	Encarregado dos Serviços Gerais	1
DAS-6	Fotógrafo	1
TOTAL:		41

Servidores efetivos atualmente: 15, conforme tabela abaixo:

SÍMBOLO	PADRÃO	CARGO	QUANTIDADE
SAX	I	Agente de Segurança	4
SAX	I	Auxiliar de Serviços Gerais	6
SAX	I	Copeiro	2
SAX	II	Garçom	2
SAX	III	Motorista	1
TOTAL:			15

Proposta de aumento de servidores efetivos: 22, conforme tabela abaixo:

SÍMBOLO	PADRÃO	CARGO	QUANTIDADE
ADM	III	Atendente	2
ADM	III	Recepcionista	4
ADM	III	Telefonista	2
ADM	III	Agente de Cerimonial	3
ADM	III	Interprete de Libras	1
ADM	IV	Assistente Administrativo	2
ADM	IV	Técnico de manutenção de computador	1
ADM	V	Técnico em Informática	1
ADM	V	Técnico em Contabilidade	1
ADM	VI	Jornalista	1
ADM	VII	Advogado	2
ADM	VII	Contador	1
ADM	VII	Assistente Social	1
TOTAL:			22

Necessário aqui esclarecer que dos dados e diagnóstico acima, não se incluem os cargos vinculados diretamente aos gabinetes parlamentares, os chamados CAP – Secretariado Parlamentar.

5. Proposta:

5.1 Desenvolvimento da proposta:

Segundo Nicolau Maquiavel, em *O Príncipe*⁷, política é a arte de conquistar, manter e exercer o poder, o próprio governo. Assim, em se tratando de um Órgão eminentemente político, o Poder Legislativo deve iniciar a mudança aqui defendida através da ruptura com as estruturas corroídas e condenadas, e implantar uma nova forma de fazer política, para somente assim governar.

⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Então o primeiro passo a ser implantado para a melhoria no Órgão é a forma de se fazer política, daí reconquistar o povo (cidadãos – munícipes), para trazer a normalidade à cidade e ao Poder Legislativo.

Num segundo momento, não menos importante, é urgentemente alterar a legislação de pessoal da Câmara Municipal, inclusive ficando a sugestão do Projeto de Lei parte integrante deste Projeto (Anexo II).

Sequencialmente a realização de concurso público seguindo os ditames constitucionais e legais aplicáveis ao tema, visando maior eficiência e transparências nas ações do Legislativo.

Ainda nesse sentido, outro passo a ser dado é para a ordenação hierárquica dos servidores, com a definição do Organograma (Anexo I – sugestão), assim como constantes treinamentos para os mesmos.

5.2 Plano de implantação:

Quanto à falta de servidores públicos, o que se deve fazer é a contratação de servidores, mediante a realização de concurso público, nos termos do Art. 37, da Constituição Federal de 1988.

Acerca dos servidores em sua maioria demissíveis “*ad nutum*”, ou seja, contratados sem concurso público, restringir tais práticas, ficando tais cargos meramente para as funções de chefia, direção e assessoramento.

No tocante à falta de descrição de atribuições aos servidores e seus cargos, e a falta de hierarquia entre servidores, funções e cargos, conforme se vê nos anexos, necessário a elaboração de um Plano de Cargos e Carreiras da Câmara Municipal de Dourados/MS, mediante Lei de iniciativa do próprio Poder Legislativo, por se tratar de assunto interno do Órgão, e definir uma hierarquia entre os vários setores do Órgão, seus servidores, cargos e funções, isso através de um Organograma Administrativo interno.

Quanto às etapas, a primeira delas é a “vontade política” dos membros da Câmara Municipal, pois todas as mudanças aqui sugeridas dependem de Leis, leis estas que são discutidas e votadas pelos mesmos.

E em relação fiscalização deve-se destacar que, em virtude dos graves problemas éticos pelos quais a cidade passou o primeiro a fiscalizar todas as ações deve ser o povo

(população), e conjuntamente o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público Estadual e Federal, e os próprios Vereadores.

5.3 - Recursos:

Quanto aos recursos financeiros a serem utilizados, cumpre destacar que tão somente o repasse anual (duodécimo) de 6% já é o suficiente para a implantação das medidas defendidas no presente Projeto, assim como os demais recursos, humanos, financeiros, materiais, instalações, apenas os existentes no Órgão, não sendo o caso de ônus ao erário.

Aqui um exemplo de que isso é verdadeiro, ou seja, o de não haver gastos, é que já houve prévio contato com uma Empresa Pública que realiza provas de concursos, e esta se disponibilizou para organizar o concurso da Câmara apenas pelo custo das inscrições.

5.4 - Resultados esperados:

Aumento na quantidade de servidores efetivos/concursados na Câmara Municipal de Dourados;

Melhoria no nível intelectual dos servidores;

Definição de funções e atribuições aos vários cargos; e

Valorização dos servidores, e a conseqüente motivação e aumento da produtividade dos mesmos, economia do dinheiro público.

5.5 - Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas:

Utilização do Projeto para fins eleitorais: blindar a idéia e divulgar de antemão a finalidade de “lavagem ética” da Câmara Municipal com a tomada de postura pela contratação de servidores por concurso público;

Resistência por parte dos próprios servidores: convencê-los da estabilidade que existirá ao se tomar as medidas aqui propostas;

Pressão política dos “demitidos” para retornarem a seus cargos: fazer cumprir a Constituição Federal; e

Relutância em se subordinar: estabelecer a chefia intelectualmente superior, ou a chamada meritocracia, que conseqüentemente a liderança aflorará e a chefia será natural.

6. Conclusão:

Resolver as demandas reprimidas existentes no Órgão é o ideal, apesar de depender de esforços políticos.

Então, analisando o processo na acepção direta e clara da palavra⁸, nos ateríamos à definição do meio pelo qual se chega a determinado objetivo perseguido por quem conduz o referido processo.

Haveria também a necessidade de se diferenciar processo de procedimento, mas creio que não foi bem esse o intuito do Projeto, que se preocupa pela definição de processos organizacionais para melhoria da gestão pública, ou seja, o meio pelo qual se estatui um determinado *modus operandi* que maximizará os resultados na gestão do múnus público.

Sabendo disso, após análise da conjuntura em que se insere a Câmara Municipal de Dourados/MS, e da complexidade das estruturas organizacionais que envolvem a gestão pública no Brasil, é que temos de pensar um modelo menos complexo e mais acessível de processos/procedimentos administrativos, com vias de instrumentalizar e efetivar os efeitos dos mesmos, e empreender à gestão pública as metas de eficiência e eficácia da gestão privada (metas).

Ao Estabelecimento de uma rotina burocrática clara, com participantes pré-definidos na cadeia hierárquica, os substitutos imediatos e remotos na referida cadeia, os procedimentos a serem adotados e seguidos, o estabelecimento de ordem cronológica para atingimento das metas, as metas, entre outras medidas que culminarão na eficiente e responsável gestão pública.

Talvez a melhor experiência se poderia trazer para a o Projeto é o estabelecimento de sistemas de controle (*controllers*) para cada procedimento específico, o sistema de “prontos”, ou seja, a cada procedimento ou meta atingida, o controlador recebe o pronto do cumprimento.

Ainda para implementação do Projeto, necessário a realização urgente de concurso público, a fim de aparelhar a Câmara, preparando-a para o “choque de gestão”

⁸ Existem várias definições para processo e de acordo com Cruz (2000), é utilizada uma definição voltada para o cliente externo e para a qualidade. Para o autor, o processo é a forma pela qual um conjunto de atividades cria, trabalha ou transforma insumos com o objetivo de produzir bens ou serviços, que tenham qualidade assegurada, para serem adquiridos pelos clientes. Nesse contexto, uma percepção mais abrangente e estratégica é apresentada por Harrington (apud VILLELA, 2000, p. 42), quando afirma que processo pode ser definido como “um grupo de tarefas interligadas logicamente, que utilizam os recursos da organização para gerar os resultados definidos, de forma a apoiar seus objetivos”. Já Rummler e Brache (1994, p. 55) conceituam processo como “uma série de etapas criadas para produzir um bem ou serviço”. No entanto, cabe mencionarmos que os processos podem ser executados por apenas uma função, mas em sua maioria tendem a assumir características interfuncionais.

a caminho, ressaltando inclusive que com a intervenção deste Projeto já foi lançado o edital para o referido concurso público, implementando o primeiro objetivo pretendido com este singelo estudo.

Dessa forma, os procedimentos serão seguidos segundo a ordem de planejamento, o estabelecimento de um controlador possibilitará a cobrança daquele seguimento que está em déficit no cumprimento de sua meta, os servidores estarão comprometidos, e conseqüentemente a cultura de gerenciamento meritocrático nascerá e prosperará.

7. Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (Coleção Saraiva de legislação).

COELHO, Ricardo Corrêa. **O público e o privado na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MENDONÇA, Ricardo Rodrigues Silveira de. **Processos administrativos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

Sítios:

www.dourados.ms.gov.br (Prefeitura Municipal de Dourados/MS).

www.camaradourados.ms.gov.br (Câmara Municipal de Dourados).

www.ibge.gov.br (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

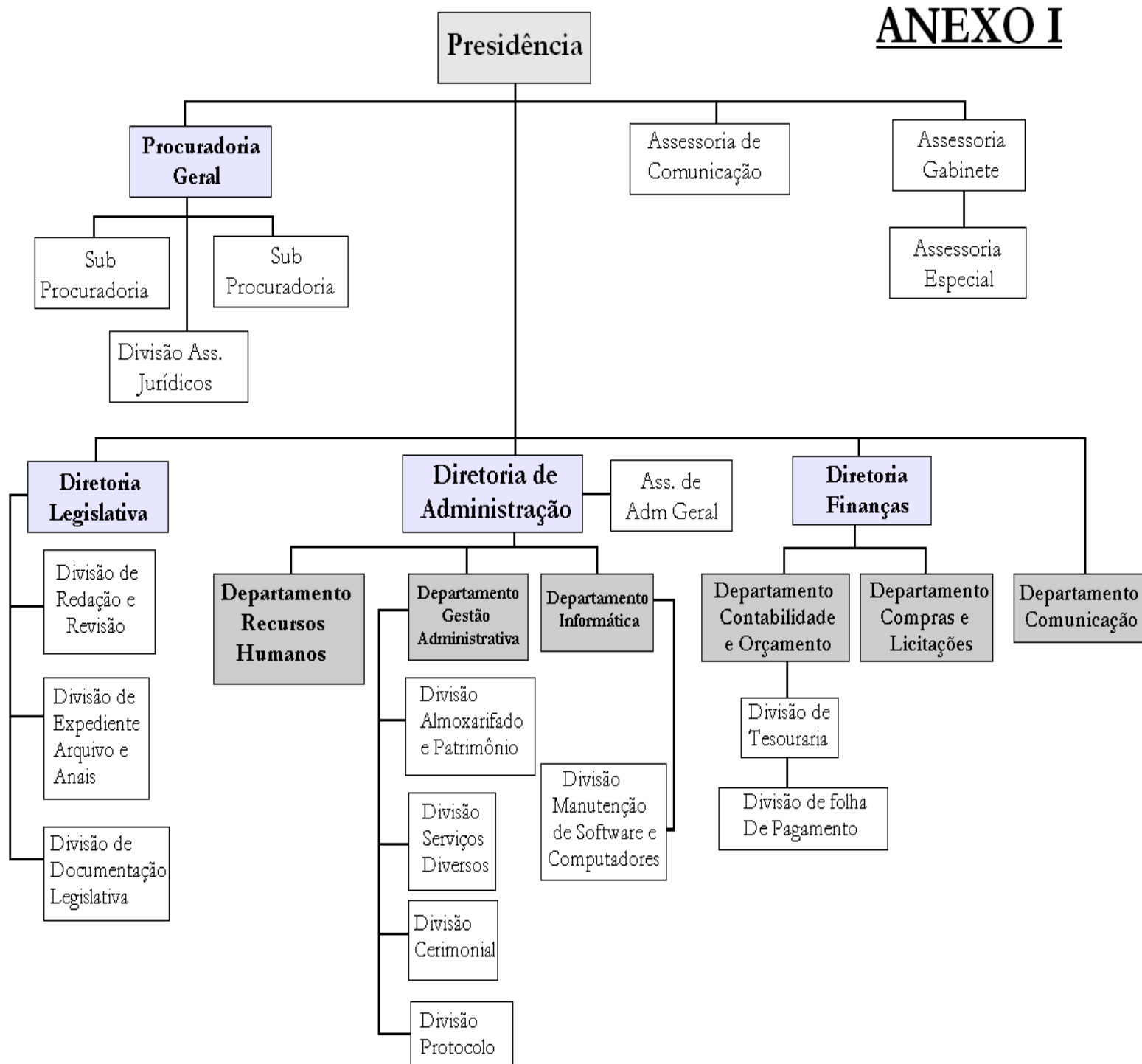
www.planalto.gov.br (Presidência da República – Legislação).

www.portalms.com.br (Notícias em geral de Dourados e MS).

www.gdnews.com.br (Notícias em geral de Dourados e MS).

ANEXOS

ANEXO I



ANEXO II

PROJETO DE LEI Nº 000/2011 - DE AUTORIA DA MESA DIRETORA

Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Poder Legislativo do Município de Dourados – MS e dá outras providências:

TITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPITULO I

DA FINALIDADE E DOS PRINCIPIOS

Art. 1º Esta Lei institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração e organiza os cargos públicos da Câmara Municipal de Dourados – MS, definindo o quadro de vagas e os sistemas de retribuições, em conformidade com os princípios constitucionais e legais aplicados à administração pública.

Art. 2º O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal tem por objetivos:

I – estimular o aperfeiçoamento profissional, valorizando o servidor do legislativo municipal, como instrumento de melhoria qualitativa e quantitativa dos serviços executados pela Câmara;

II – garantir o desenvolvimento no cargo de acordo com o tempo de serviço e aperfeiçoamento profissional;

III – assegurar aos servidores remuneração condizente com a natureza e complexidade do trabalho e qualificação para o seu exercício, bem como a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados.

Art. 3º O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores da Câmara Municipal compõe-se de cargos de provimento em comissão, de provimento de confiança e de provimento efetivo, de execução funcional e profissional de todos os níveis e qualquer natureza.

§1º - Os cargos de Provimento em Comissão, de livre nomeação e exoneração, têm como função a gerência administrativa, assessoramento parlamentar e as Funções Gratificadas com atribuições definidas na Lei que institui a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal, identificados pelas denominações, símbolos, quantidades, vencimentos e qualificações constantes no Anexo I e Tabelas A e B da presente Lei.

§2º - Os cargos de Provimento Efetivo, com ingresso no quadro de pessoal da Câmara Municipal em caráter efetivo por aprovação em concurso público de provas e títulos, atendido requisitos fixados no Estatuto dos Servidores Municipais, em regulamento próprio e no Edital do concurso, são identificados pela denominação, símbolos, padrões, quantidades, vencimentos e qualificações, no Anexo I, Tabelas C, D e E.

Art. 4º - Para os efeitos do presente Plano de Cargos e Remuneração serão considerados:

I – **Cargos:** O conjunto de deveres e responsabilidades, tarefas ou atribuições a servidores nomeados para tal fim;

II - **Cargos de Provimento Efetivo:** o conjunto de deveres e responsabilidades, tarefas ou atribuições, conferidas a servidores nomeados através de concurso público de provas ou provas e títulos, para tal fim, sob regime estatutário, criados por lei, com denominação própria e número certo;

III - **Cargos de Provimento em Comissão:** são os que envolvem atividades de Direção e Assessoramento Superior, bem como os de Direção e Assessoramento Imediato, de livre nomeação, satisfeitos os requisitos de qualificação fixados em legislação própria.

IV - **Cargos de Provimento de Confiança:** o conjunto de responsabilidades, tarefas ou atribuições, conferidas temporariamente a pessoa pertencente ao quadro de pessoal efetivo da Câmara, nomeados, em comissão para este fim, os quais receberão uma gratificação para o desempenho dessa função, conforme o artigo 7º desta Lei.

V – **Cargos de Assessoramento Parlamentar:** o conjunto de cargos de provimento em comissão destinado a prestar assessoramento direto e imediato aos parlamentares, os quais serão nomeados por ato próprio da presidência da Câmara, mediante indicação dos respectivos vereadores aos quais ficarão subordinados.

V – **Servidor:** pessoa legalmente investida em cargo público, sob o regime estatutário;

VI - **Grupo Ocupacional:** É o conjunto de cargos e funções que compõe a estrutura administrativa, seja de Provimento Efetivo, de Provimento em Comissão e de Provimento de Confiança da Câmara Municipal

VII - **Categoria Funcional:** agrupamento de cargos correlatos ou afins, formados por um conjunto de atribuições direcionadas ao mesmo objetivo e que se relacionam pela natureza do trabalho ou ramo de conhecimento desenvolvido.

VIII - **Vencimento:** é a retribuição pecuniária dos servidores pelo exercício de cargo público, conforme símbolo, padrão e referencia que esteja contido;

IX - **Remuneração:** a somatória do vencimento com vantagens financeiras permanentes, temporárias ou transitórias, atribuídas ao servidor pelo exercício do cargo público;

X - **Subsídios:** valor fixado a servidor ou agente político sem nenhum acréscimo de vantagens;

XI - **Classe:** é a divisão básica da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido horizontal, com as correspondentes retribuições pecuniárias

XII - **Referência:** escala hierárquica identificada por números que indicam a posição do servidor dentro de um determinado padrão;

XIII- **Padrão:** o referencial da importância hierárquica dos cargos, segundo a responsabilidade e complexidade, indicado por numerais romanos de I a VII.

XIV- Progressão Funcional: é a passagem de referência salarial a que se encontra para outra imediatamente superior, dentro da respectiva classe, obedecido o critério da antiguidade;

XV - Enquadramento: é a passagem do servidor do atual sistema de classificação para os cargos integrantes do quadro de pessoal instituído por esta Lei, nos grupos ocupacionais previstos neste Plano.

TITULO II

DA ESTRUTURA E FINALIDADE DOS CARGOS

CAPITULO I

DA ESTRUTURA DOS CARGOS

Art. 5º - O Quadro Funcional permanente da Câmara Municipal de Dourados – MS, será constituído de:

- I - Cargos de Provimento em Comissão e Confiança
 - a) Grupo Ocupacional I – Direção e Assessoramento Superior - DAS
 - b) Grupo Ocupacional II – Cargos de Assessoramento Parlamentar – CAP
 - c) Grupo Ocupacional III – Direção e Assessoramento Imediato - Cargos de Função Gratificada - FG
- II - Cargos de Provimento Efetivo
 - a) Grupo Ocupacional IV – Cargos de Serviços Administrativos – ADM
 - b) Grupo Ocupacional V – Cargos de Serviços Auxiliares – SAX
 - c) Grupo Ocupacional VI – Cargos em extinção - ADM

CAPITULO II

DA FINALIDADE DOS CARGOS

Art. 6º Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, que compõem os Grupos Ocupacionais I e II, têm por finalidade o desempenho de atividades de direção e assessoramento superior e de assessoramento parlamentar, e classificam-se segundo o grau de responsabilidade, o poder decisório, a posição hierárquica e a complexidade das atribuições.

Art. 7º As funções gratificadas, de provimento em confiança, que compõem o Grupo Ocupacional III, a serem exercidas exclusivamente por servidores efetivos, têm por finalidade o desempenho de atividades de direção e assessoramento imediato em extensão às tarefas próprias de seu cargo e receberão gratificação de 30% calculados sobre o salário base.

Art. 8º Os cargos de provimento efetivo, que compõem os Grupos Ocupacionais de IV e V, a serem preenchidos através de concurso público, e do Grupo Ocupacional VI têm por finalidade a execução das atividades da Câmara Municipal em todos os níveis e qualquer natureza, para cumprimento da sua missão institucional.

TITULO III

DO PROVIMENTO DOS CARGOS

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 9º Os cargos de provimento efetivo constantes desta Lei serão providos:

I – por enquadramento dos atuais servidores titulares de cargos efetivos na Câmara Municipal;

II – por nomeação, precedida de aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos.

Art. 10. Os cargos de provimento efetivo são os constantes do Anexo I – Tabelas C, D e E.

Art. 11. Será considerado nulo de pleno direito, não gerando qualquer obrigação para o Legislativo Municipal nem qualquer direito para o beneficiário, além de acarretar responsabilidade a quem lhe der causa, o ato de provimento de cargo efetivo feito em desacordo com os dispositivos desta Lei.

Parágrafo Único. Sempre que julgar necessário, para adequar à dinâmica administrativa, o Poder Legislativo poderá, mediante ato próprio devidamente justificado, modificar, alterar ou complementar as atribuições dos cargos efetivos, vedado, entretanto, o desvio de função.

Art. 12. Em caso de extinção de cargo e declarada sua desnecessidade, aplica-se o disposto no § 3º do artigo 41 da Constituição Federal.

Art. 13. São requisitos básicos para provimento de cargo público na Câmara Municipal de Dourados:

I – aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade do concurso;

II – idade mínima de 18 (dezoito) anos;

III – nacionalidade brasileira ou equiparada nos termos da legislação Federal;

IV – não registrar antecedentes criminais e estar em pleno gozo dos direitos civis e políticos;

V – estar em situação regular quanto às obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, em relação às obrigações militares;

VI – possuir, na data da posse, o nível de escolaridade exigido para o desempenho do cargo, conforme estabelecido no Anexo I desta Lei;

VII – possuir aptidão física e mental comprovada em prévia inspeção médica oficial;

VIII – Não ter sofrido no exercício de função pública, penalidades por prática de atos desabonadores;

IX – possuir habilitação legal para o exercício de profissão regulamentada.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos, desde que estabelecidos em ato próprio e/ou previstos no Edital do concurso.

Art. 14. Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de participar de concursos públicos realizados pela Câmara Municipal de Dourados, para cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada cargo.

Parágrafo único. As pessoas portadoras de necessidades especiais aplicam-se as disposições da Lei Federal nº. 7.853 de 24/10/1989, regulamentada pelo Decreto nº. 3.298 de 20/12/1999.

Art. 15. Os provimentos dos cargos integrantes desta Lei serão autorizados por ato do Presidente da Câmara Municipal, mediante solicitação dos Diretores e Assessores diretos, observando-se a existência de vaga e dotação orçamentária para atender às despesas dele decorrentes e o provimento mantenha os gastos com pessoal dentro dos limites estabelecidos na Lei Complementar 101 de 04/05/2000.

Parágrafo Único. Deverão constar dessa solicitação:

- I – denominação e vencimento do cargo e função
- II – quantitativo dos cargos e funções a serem providos;
- III – justificativa para solicitação do provimento;
- IV – relatório do impacto da despesa na folha de pagamento e no orçamento geral;
- V – indicação da dotação orçamentária.

SUBSEÇÃO ÚNICA

DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 16. O ingresso no Quadro de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Dourados, dar-se-á exclusivamente por concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 2º Do Edital do concurso deverão constar, entre outros, os seguintes requisitos:

- I - o período e forma de realização das inscrições;
- II – o número total de vagas existentes, e as vagas reservadas para portadores de necessidades especiais;
- III – o valor das taxas de inscrição;
- IV – as matérias sobre as quais versarão as provas e os respectivos programas, a quantidade, valor e peso de cada questão;
- V – o desempenho mínimo exigido para aprovação nas provas;
- VI – os critérios de avaliação dos títulos, se aplicável;
- VII – o caráter eliminatório ou classificatório de cada etapa do concurso;

VIII – o nível de escolaridade exigível, comprovado mediante apresentação da documentação pertinente.

IX – a carga horária de trabalho;

X – o vencimento básico do cargo;

XI – o prazo de validade do concurso;

XII – outras informações de interesse geral dos candidatos.

§ 3º Não se abrirá novo concurso público enquanto a ocupação do cargo puder ser feita por servidor em disponibilidade ou por candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade não expirado.

§ 4º A aprovação em concurso público gera para os candidatos classificados dentro do número de vagas oferecidas, direito à nomeação, dentro do prazo de validade e respeitará a ordem de classificação dos candidatos, que só se efetivará após prévia inspeção médica oficial.

Art. 17. O Poder Legislativo Municipal regulamentará por ato próprio as normas gerais dos concursos públicos que farão parte do Edital, respeitando, principalmente, o princípio da publicidade.

Art. 18. Aos candidatos será assegurado o direito de recorrer, nas fases de homologação das inscrições, publicação de resultados parciais ou finais, homologação do concurso e nomeação.

Art. 19. O servidor aprovado em concurso público e nomeado para o cargo será declarado estável após cumprir estágio probatório pelo período de três anos, durante o qual terá seu desempenho avaliado, na forma como se dispuser em regulamento.

SEÇÃO II

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

SUBSEÇÃO I

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 20. Os cargos de provimento em comissão integrantes dos Grupos Ocupacionais I e II são de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara Municipal e são os constantes das Tabelas A e B do Anexo I desta Lei

§ 1º Os cargos em comissão do Grupo Ocupacional I – Direção e Assessoramento Superior - DAS serão providos mediante livre escolha do Presidente da Câmara Municipal, entre pessoas de reconhecida capacidade profissional e idoneidade moral e possuidoras do nível de escolaridade exigida, conforme estabelecido no Anexo I e/ou entre titulares de cargos de provimento efetivo da Câmara, que atendam aos requisitos exigidos.

§ 2º Os cargos em comissão do Grupo Ocupacional II – Cargos de Assessoramento Parlamentar – CAP, serão nomeados pelo Presidente da Câmara

Municipal, mediante indicação e solicitação dos vereadores aos quais ficarão subordinados, escolhidos entre pessoas de reconhecida capacidade profissional e idoneidade moral, e quando exigido, detentoras de título de graduação superior.

§ 3º O servidor efetivo exonerado do cargo em comissão voltará a perceber o vencimento do seu cargo efetivo.

Art. 21. A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

- I – a juízo do Presidente da Câmara Municipal;
- II – a pedido dos vereadores, se ocupante de cargo do Grupo Ocupacional II;
- III – a pedido do próprio servidor.

SUBSEÇÃO II

DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art. 22. Para efeito desta Lei, função de confiança é a designação de servidor, em caráter transitório, para atuar nas unidades que constituem a estrutura organizacional da Câmara Municipal, exercendo atribuições temporárias de direção, chefia e/ou assessoramento imediato.

Art. 23. É vedada a acumulação remunerada de 02 (duas) ou mais funções de confiança.

Art. 24. A gratificação da função de confiança consta no artigo 7º desta Lei.

Parágrafo Único. A designação para o exercício da função de confiança será por ato próprio do Chefe do Legislativo Municipal.

Art. 25. O servidor exonerado da função de confiança será reconduzido ao cargo efetivo de origem, passando a perceber o vencimento do seu cargo.

Art. 26. Aos servidores efetivos designados para as funções de confiança é assegurado o direito a progressão horizontal, na forma estabelecida na nesta Lei.

CAPITULO II

DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 27. O Desenvolvimento Funcional dos servidores da Câmara Municipal se dará através de progressão horizontal, conforme consta no Anexo II, da presente Lei.

§1º A Progressão Funcional é a passagem de uma referência para a imediatamente seguinte àquela em que se encontra o servidor efetivo, dentro do mesmo padrão, que ocorrerá a cada biênio, com acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o valor da referência em que se encontra, conforme consta no Anexo II desta Lei, sendo incorporado no seu vencimento.

§2º Na progressão funcional a escala de valores dos vencimentos dos servidores efetivos é desdobrada em 18 (dezoito) referências, identificadas pelos números 1 a 18.

Art. 28. A progressão funcional será concedida no mês seguinte ao que o

servidor fizer jus a esta concessão, não podendo ser promovido o servidor efetivo que não tenha o interstício mínimo de 02 (dois) anos na referência em que se encontra.

Art. 29. Após a promoção funcional os servidores terão seus vencimentos alterados, conforme o estabelecido no Anexo II desta Lei.

Art. 30. Para fins de promoção funcional não serão computados os períodos relativos aos seguintes afastamentos e licenças:

I - para exercer cargo em comissão em órgão não pertencente à Câmara Municipal de Dourados

II - para exercer mandatos eletivos federal, estadual ou municipal;

III - para tratar de assunto de interesse particular

IV - por motivo de doença em pessoa da família, por período superior a 60 (sessenta) dias.

V - licença para acompanhar cônjuge

Parágrafo único - Excluem-se do disposto neste artigo os servidores cedidos com ônus para a origem em decorrência de Termo de Cooperação Mútua ou Convênio.

TITULO IV

DO SISTEMA REMUNERATÓRIO

CAPÍTULO I

DOS VENCIMENTOS

Art. 31. Os vencimentos dos cargos integrantes do quadro de pessoal da Câmara Municipal são os fixados no Anexo II para os cargos de provimento efetivo constantes das Tabelas C, D e E do Anexo I e nas Tabelas A e B do Anexo I para os cargos em comissão.

Art. 32. As funções gratificadas serão remuneradas através de percentuais sobre os vencimentos dos cargos efetivos, conforme descrito no artigo 7º desta Lei.

CAPITULO II

DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Art. 33. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens pecuniárias:

I – Indenizações;

II – gratificações;

III – adicionais.

§ 1º As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 2º As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicado em lei.

Art. 34. As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

SEÇÃO I

DAS INDENIZAÇÕES

Art. 35. Constituem indenizações ao servidor:

- I – diárias;
- II – Indenização de transporte.

Parágrafo único. Os valores das indenizações, assim como as condições para sua concessão serão estabelecidos em regulamento.

SUBSEÇÃO I

DAS DIÁRIAS

Art. 36. O servidor que, a serviço afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território Estadual ou Nacional, a serviço do legislativo municipal, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme se dispuser em regulamento.

§1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

§2º Não poderão ser pagas ao servidor mais de 10 (dez) diárias por mês.

§3º O servidor que receber diária e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 3 (três) dias úteis.

§4º Em caso de retorno em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no parágrafo anterior.

SUBSEÇÃO II

DA INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE

Art. 37. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

SEÇÃO II

DAS RETRIBUIÇÕES, GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 38. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidas aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais:

- I – retribuição pelo exercício de cargo de provimento em comissão;
- II – gratificação natalina;
- III – adicional por tempo de serviço;

- IV – adicional pela prestação de serviços extraordinários;
- V – adicional noturno;
- VI – adicional de férias
- VII – de incentivo à capacitação.

SUBSEÇÃO I

DA RETRIBUIÇÃO PELO EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 39. Os servidores efetivos da Câmara Municipal, quando nomeados para cargos de provimento em comissão, poderão optar:

I - pela percepção integral da remuneração do cargo em comissão acrescida, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e por incentivo à capacitação, calculados sobre o vencimento do cargo efetivo.

II - pela percepção integral da remuneração do cargo efetivo acrescida de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo em comissão.

Art. 40. O servidor público federal, estadual ou municipal colocado à disposição da Câmara Municipal de Dourados para o exercício de cargo de provimento em Comissão, com ônus para a origem, fará jus a 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento do cargo que vier a ocupar.

SUBSEÇÃO II

DA GRATIFICAÇÃO NATALINA

Art. 41. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que fizer jus o servidor no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 dias será considerada como mês integral.

Art. 42. A gratificação natalina será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art. 43. O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 44. A gratificação natalina não será computada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

SUBSEÇÃO III

DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 45. O Adicional por tempo de serviço é devido à razão de 10% (dez por cento) no primeiro quinquênio de serviço público prestado pelo servidor efetivo à Câmara Municipal e 5% (cinco por cento) nos demais, calculado sobre o valor do vencimento base, ainda que investido em função de confiança ou cargo em comissão, observado o limite de 40 % (quarenta por cento) daquele valor.

§1º O servidor fará jus ao adicional por tempo de serviço, automaticamente, a partir do mês em que completar o quinquênio de efetivo exercício no cargo.

§2º O servidor contará, para efeito do Adicional por tempo de serviço, todo período de serviço prestado à Câmara Municipal, inclusive na condição de contratado, mesmo que tenha havido interrupção.

§3º Aplica-se ao aproveitamento e a reversão a retomada da contagem a partir do reinício do exercício do cargo efetivo.

SUBSEÇÃO IV

DO ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 46. O serviço extraordinário, prestado por servidor efetivo será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Art. 47. Somente será permitido serviço extraordinário para atender situações excepcionais e temporais, respeitando o limite máximo de 02 (duas) horas por jornada ou 60 (sessenta) horas mensais.

SUBSEÇÃO V

DO ADICIONAL NOTURNO

Art. 48. O serviço noturno, prestado por servidor efetivo, em horário compreendido entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 46.

SUBSEÇÃO VI

DO ADICIONAL DE FÉRIAS

Art. 49. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período de férias.

SUBSEÇÃO VII

DO ADICIONAL DE INCENTIVO À CAPACITAÇÃO

Art. 50. O adicional de incentivo a capacitação tem por objetivo o aperfeiçoamento profissional do servidor e será devida:

I – Quando o pré-requisito para o exercício da função for nível superior, o servidor fará jus ao adicional de 5% (cinco por cento) do vencimento, para cada curso

de especialização ao nível de pós-graduação, mestrado ou doutorado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo.

II – Aos servidores do quadro de pessoal efetivo, pela escolaridade superior à exigida para ocupar o respectivo cargo ou função, na proporção de 5% (cinco por cento) do vencimento básico para cada nova escolarização.

Parágrafo único. O adicional de incentivo à capacitação previsto no inciso II deste artigo, será concedido no limite de 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento, mediante comprovação por certificado ou diploma registrado no órgão competente, da conclusão de curso de escolaridade superior a exigida para o cargo ocupado.

CAPITULO III

DA POLÍTICA SALARIAL

Art. 51. A política salarial para os servidores da Câmara Municipal terá como objetivo a recomposição da remuneração em razão das perdas decorrentes da desvalorização da moeda e como incentivo ao aumento da eficiência e melhoria do desempenho dos servidores municipais.

§ 1º A política salarial da Câmara municipal ficará vinculada à disponibilidade de recursos financeiros e ao limite de gastos com pessoal definido na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/00 e demais diplomas legais pertinentes.

§ 2º - Serão computadas, para fins de apuração dos gastos relativamente ao limite referido no parágrafo anterior, as parcelas financeiras percebidas pelos servidores referentes ao vencimento e às vantagens pecuniárias bem como o valor dos encargos sociais.

Art. 52. A concessão de vantagens pecuniárias, o aumento de remuneração, a criação de cargos ou suas alterações e a admissão de pessoal a qualquer título, pela Câmara municipal, ficam condicionados:

I - à existência de dotação orçamentária prévia suficiente para atender às projeções das despesas de pessoal e dos acréscimos dela decorrentes;

II - à autorização específica nas LDO, PPA e LOA para a medida solicitada e por proposta do Presidente da Câmara Municipal;

III - ao limite de dispêndio com pessoal, conforme a Lei Complementar nº 101/00.

Art. 53. Fica estabelecido o mês de maio de cada exercício como data-base para a revisão geral dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Dourados.

TITULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 54. Os servidores efetivos e estáveis em exercício na Câmara Municipal na data da entrada em vigor desta Lei, cujos cargos foram resultantes das transformações ocorridas através da legislação específica, integrarão o quadro suplementar constantes da Tabela E do Anexo I, os quais serão extintos na vacância.

§ 1º Aos servidores a que se refere este artigo são assegurados todos os direitos constantes desta Lei, inclusive quanto aos adicionais por tempo de serviço e progressão funcional, iniciando se o interstício, para esse fim, a partir da data da publicação desta Lei.

§ 2º A Progressão Funcional para os ocupantes dos cargos de que trata este artigo, se processará de conformidade com o Anexo II.

§ 3º São assegurados também a esses servidores, todas as vantagens pecuniárias concedidas até a data da entrada em vigor desta Lei, exceto a gratificação pelo exercício de função gratificada, desde que comprovados os requisitos exigidos para a concessão.

§ 4º Os servidores mencionados neste artigo, quando designados para o exercício de Função Gratificada, perceberão a gratificação estabelecida no Artigo 7º desta Lei,

Art. 55. A Tabela F constante nesta Lei terá a validade de 120 (cento e vinte) dias, onde constará de servidores comissionados para exercerem função administrativa, devido a continuidade dos trabalhos da Administração Pública.

Art. 56. Compete ao Presidente da Câmara Municipal emitir atos para o cumprimento do estabelecido na presente Lei.

Art. 57. As atribuições dos cargos de provimento efetivo constarão do Regimento Interno a ser instituído no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a entrada em vigor desta Lei.

CAPITULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 58. Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância inferior ao valor do salário mínimo nacional ou superior ao subsídio do Prefeito Municipal.

Art. 59. Nas hipóteses não contempladas por este Plano de Cargos e Vencimentos, aplica-se aos servidores da Câmara o que dispõe o Estatuto os Servidores Municipais do Município de Dourados – MS.

Art. 60. Os servidores da Câmara Municipal ficam submetidos à carga horária estabelecida no Anexo I desta Lei, podendo, critério da Presidência fixada jornada inferior, em caráter excepcional.

Art. 61. As despesas decorrentes da aplicação das disposições contida nesta Lei, correrão à conta dos recursos orçamentários e créditos próprios consignados à Câmara Municipal de Dourados.

Art. 62. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário em especial as Leis 1.617 de 22/05/1990, 1.674 de 14/05/1991, 2.147 de 15/07/1997, 2.557 de 08/04/2003, 2.737 de 22/03/2005, 2.926 de 29/12/2006, 2.943 de 09/03/2007, 2.944 de 09/03/2007, e 3.099 de 27/06/2008

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Dourados, 00 de julho de 2011

Vereador Fulano
Presidente